

A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS DE GOVERNO NA PROMOÇÃO DE ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL. ODS 4

Rafael Augusto Sasaki Neves (Universidade de Taubaté)
Andreia Fogaça Rodrigues Maricato (Universidade de Taubaté)
Edson Aparecida Araujo Querido Oliveira (Universidade de Taubaté)

Resumo

A gestão pública é uma atividade complexa que envolve uma série de desafios e demandas por parte dos gestores públicos. Temos por objetivo demonstrar que accountability, ou responsabilização, é uma das principais diretrizes que devem nortear a atuação dos gestores públicos, uma vez que ela se refere à prestação de contas e ao controle social da administração pública. Nesse contexto, buscaremos demonstrar através da revisão bibliográfica que as escolas de governo desempenham um papel fundamental na promoção de accountability na gestão pública. Isso porque essas instituições são responsáveis por formar e capacitar os gestores públicos, bem como difundir boas práticas de gestão e governança. É importante destacar que a promoção da accountability na gestão pública não é uma tarefa fácil e requer o envolvimento de diversos atores e instituições. As escolas de governo podem desempenhar um papel importante nesse processo, mas é fundamental que haja um compromisso real por parte dos gestores públicos e da sociedade como um todo para fortalecer a transparência e o controle social na gestão pública.

Palavras-chave: accountability / qualificação de servidores públicos / difusão da cidadania

Introdução

Accountability, ou responsabilização, é um princípio fundamental para a efetividade da gestão pública em um contexto democrática. Tal prática se refere à obrigação dos gestores públicos de prestar contas sobre suas ações e decisões, bem como de se submeterem ao controle e fiscalização dos cidadãos e instituições.

É importante porque garante que os gestores públicos ajam de acordo com os interesses públicos e com a legislação, e que sejam responsáveis pelas consequências de suas decisões e ações, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da eficiência e da eficácia na gestão pública, bem como da participação cidadã.

Os mecanismos de accountability são variados, tais como a transparência, a prestação de contas, o controle interno e externo, a auditoria, a responsabilização

administrativa, civil e criminal, entre outros. Cada um deles tem um papel importante na promoção da accountability na gestão pública.

A transparência, por exemplo, se refere à divulgação de informações sobre as atividades governamentais, tais como orçamentos, contratos, licitações, entre outros. Ela permite que os cidadãos e instituições acompanhem e avaliem as decisões e ações dos gestores públicos, e exijam explicações e justificativas caso identifiquem problemas ou irregularidades.

A prestação de contas, por sua vez, se refere à obrigação dos gestores públicos de explicar e justificar suas ações e decisões perante a sociedade e as instituições responsáveis pelo controle social e fiscalização da gestão pública. Isso contribui para a transparência e para o fortalecimento da participação cidadã na gestão pública.

O controle interno e externo, por sua vez, se refere ao conjunto de mecanismos e instituições responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da gestão pública. Eles têm como objetivo garantir a legalidade, a eficiência, a eficácia e a economicidade das ações e decisões dos gestores públicos, e são essenciais para a promoção da accountability na gestão pública.

A responsabilização administrativa, civil e criminal se refere à obrigação dos gestores públicos de responder por suas ações e decisões perante as instituições e as leis vigentes. Esses mecanismos são importantes para garantir que os gestores públicos sejam responsabilizados pelos seus atos, e que sejam punidos caso descumpram a legislação e prejudiquem o interesse público.

Accountability é uma diretriz fundamental para a gestão pública efetiva e democrática, e sua promoção depende da implementação de mecanismos de transparência, prestação de contas, controle interno e externo, e responsabilização administrativa, civil e criminal. Cabe aos gestores públicos, aos cidadãos e às instituições trabalharem juntos para garantir que esses mecanismos sejam efetivos e contribuam para a melhoria da gestão pública e para o fortalecimento da democracia.

As escolas de governo têm um papel fundamental na promoção da accountability na gestão pública. Elas são responsáveis por formar e capacitar os gestores públicos, preparando-os para atuar de maneira transparente, ética e responsável.

Segundo Carvalho (2005) a capacitação dos servidores públicos é desenvolvida nas cinco regiões do País por entes que vão desde escolas de governo com regime jurídico, infraestrutura e orçamentos próprios, até unidades de recursos

humanos subordinadas a secretarias de administração e planejamento de governos estaduais ou municipais. No poder executivo, algumas escolas de governo são criadas para atuar de forma setorial, nas áreas de saúde, educação etc. Algumas instituições possuem focos de atuação mais específicos, como a formação de carreiras nas áreas de gestão do Estado, enquanto outras buscam alcançar um público mais amplo, ofertando cursos de curta e média duração abertos a diversos atores.

Uma das principais contribuições das escolas de governo para a promoção da accountability é a formação de gestores públicos com uma visão ampla e integrada da gestão pública. Isso inclui o conhecimento de conceitos, metodologias e práticas relacionadas à transparência, prestação de contas, controle interno e externo, e responsabilização administrativa, civil e criminal.

Além disso, as escolas de governo podem contribuir para a promoção da accountability por meio da disseminação de boas práticas e experiências bem-sucedidas na gestão pública. Isso inclui a realização de estudos de caso, pesquisas e publicações sobre temas relevantes para a accountability, bem como a organização de eventos e seminários para debater e disseminar essas práticas.

As escolas de governo têm um papel fundamental na promoção da accountability na gestão pública, por meio da formação e capacitação de gestores públicos com uma visão integrada e ampla da gestão pública, e pela disseminação de boas práticas e experiências bem-sucedidas. É essencial que essas instituições continuem a desempenhar esse papel, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública e para o fortalecimento da democracia.

Revisão de Literatura

As escolas de governo desempenham um papel fundamental na formação de gestores públicos capacitados e na promoção de experiências bem-sucedidas na gestão pública. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de boas práticas nas escolas de governo serão apresentadas algumas recomendações fundamentais para a promoção de uma gestão pública eficiente e eficaz.

Conforme expõe Pacheco (2003), duas características principais diferenciam as escolas de governo de outros órgãos que promovem capacitação para o setor público. Primeiramente, a unidade deve estar vinculada ao aparelho estatal, mesmo que seja parte da administração indireta, como uma autarquia ou fundação. Em segundo lugar, demandam o recebimento de recursos orçamentários para seu

funcionamento, sendo financiadas ou mantidas pelo setor público. Como consequência, as escolas devem servir aos interesses públicos, colocando o foco nas prioridades de governo e na melhoria do desempenho dos agentes e das organizações públicas.

Inicialmente deve fornecer uma formação sólida e abrangente para os gestores públicos. Isso implica em oferecer cursos de graduação e pós-graduação que incluam disciplinas de gestão pública, direito constitucional, direito administrativo, processo legislativo, finanças públicas, planejamento estratégico, gestão de projetos. Além disso, é importante que os cursos ofereçam uma formação humanística que possibilite aos gestores públicos o desenvolvimento de habilidades como liderança, comunicação, negociação e ética.

Tais instituições devem incentivar a formação continuada dos gestores públicos. Isso pode ser feito por meio de programas de treinamento e capacitação, workshops, seminários, fóruns e outras atividades que promovam a atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos dos gestores públicos. Além disso, as escolas de governo podem promover a criação de comunidades de aprendizagem, fóruns de discussão e redes de colaboração entre gestores públicos, com o objetivo de compartilhar experiências, boas práticas e soluções inovadoras.

Deve haver estímulo à pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios da gestão pública. Isso pode ser feito por meio da criação de centros de pesquisa, laboratórios de inovação e incubadoras de projetos, que fomentem a produção de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias e metodologias que possam ser aplicadas na gestão pública. Além disso, é importante que as escolas de governo incentivem a realização de estudos de caso, avaliações de políticas públicas e pesquisas sobre temas relevantes para a boa gestão pública.

As escolas de governo devem estabelecer parcerias estratégicas com outras instituições e organizações, incluindo outras escolas de governo, empresas, organizações da sociedade civil, universidades e organismos internacionais. Essas parcerias podem contribuir para o desenvolvimento de projetos conjuntos, o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências entre gestores públicos de diferentes países e regiões.

Deve haver ainda a promoção de uma cultura de transparência, participação e accountability na gestão pública. Isso implica em estimular a adoção de práticas de transparência na gestão dos recursos públicos, o fortalecimento da participação da

sociedade civil na definição de políticas públicas e a promoção da accountability dos gestores públicos pelos resultados alcançados.

Face ao exposto, fica evidenciado que as escolas de governo têm um papel fundamental na promoção de experiências bem-sucedidas na gestão pública. Para isso, é importante que as mesmas atuem de forma sólida e abrangente em sintonia com as diretrizes retro expostas.

No que se refere à estruturação das escolas de governo, Matos (2007) acredita que não poderiam ser escolas “do” governo, sem uma margem de autonomia e condições para fornecerem ao Estado um corpo de servidores preparados com visão multidisciplinar para atuar como uma massa crítica essencial para pensá-lo, não se descurando da legalidade e da ética. Segundo Azevedo (2003), não se trata de tornar o servidor um profissional da política, nem mesmo de privilegiar a política no currículo, no entanto, ao buscar a profissionalização do servidor público é necessário navegar por esses conteúdos. A palavra “governo”, na expressão “escola de governo”, equivale não à política, mas à administração pública, corresponde não à disputa pelo poder ou à condução do Estado, mas à gestão ou administração do aparelho de Estado, à prestação do serviço (ao) público.

Além disso, as escolas de governo têm um papel fundamental na formação de gestores públicos comprometidos com a transparência e a prestação de contas. Nesse sentido, é importante que essas instituições atuem de forma colaborativa para difundir o uso de ferramentas que contribuam para o aumento da transparência, o que inevitavelmente contribuirá para o fortalecimento da democracia.

Uma das principais ferramentas de transparência e prestação de contas é o Portal da Transparência, que permite aos cidadãos acessarem informações sobre a gestão pública, como despesas, receitas, contratos, convênios e salários. Para que esse instrumento seja efetivo, é necessário que as escolas de governo capacitem gestores públicos para a sua utilização e para a correta alimentação dos dados.

Outra ferramenta importante é o Sistema de Ouvidorias, que permite aos cidadãos registrarem manifestações sobre os serviços públicos e acompanhar o seu andamento. As escolas de governo podem contribuir para o fortalecimento desse sistema, capacitando ouvidores e gestores públicos para o seu uso e para a correta análise e resposta às manifestações.

As escolas de governo podem incentivar a adoção de outras ferramentas de transparência e prestação de contas, como o Compliance Público, que consiste na

adoção de medidas para prevenir a corrupção e garantir a conformidade das ações dos agentes públicos com a lei e com os princípios éticos.

Outra iniciativa que pode ser incentivada pelas escolas de governo é a criação de Conselhos de Transparência e Controle Social, que têm como objetivo aprimorar a transparência e a participação social na gestão pública. Esses conselhos são compostos por representantes da sociedade civil e do governo, e têm a função de fiscalizar as políticas públicas e propor melhorias nos processos de transparência e controle.

É importante que as escolas de governo incentivem a adoção de medidas que facilitem o acesso dos cidadãos às informações públicas, como a criação de canais de atendimento e de sistemas de informação que permitam a rápida resposta às demandas dos cidadãos.

As escolas de governo têm um papel importante na difusão do uso de ferramentas de transparência e prestação de contas na gestão pública. Para isso, é necessário que essas instituições atuem de forma colaborativa, capacitando gestores públicos e incentivando a adoção de medidas que facilitem o acesso dos cidadãos às informações públicas. Somente assim será possível fortalecer a democracia e garantir uma gestão pública mais eficiente e transparente.

A formação de lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil que atuam na área de transparência e controle social é outro ponto de destaque. A capacitação desses atores é fundamental para o fortalecimento da democracia e para o combate à corrupção e à impunidade.

Nesse sentido, as escolas de governo podem colaborar oferecendo cursos, workshops e outros eventos de capacitação que atendam às necessidades específicas desses atores. Esses eventos devem ter como objetivo o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, bem como a disseminação de boas práticas e experiências bem-sucedidas.

As competências técnicas são aquelas relacionadas à compreensão dos instrumentos e mecanismos de transparência e controle social, tais como o acesso à informação pública, o controle social de políticas públicas e a fiscalização de recursos públicos. As escolas de governo podem oferecer cursos sobre esses temas, bem como promover o compartilhamento de experiências entre lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil que atuam em diferentes contextos.

Já as competências comportamentais são aquelas relacionadas à liderança, comunicação, negociação e trabalho em equipe. Podem ser oferecidos cursos e workshops sobre essas habilidades, a fim de capacitar lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil para o diálogo com os agentes políticos.

Além disso, as escolas de governo podem colaborar com o fortalecimento das redes de organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias que atuam na área de transparência e controle social. Essas redes podem promover a troca de informações, experiências e boas práticas, bem como a articulação e a mobilização em torno de questões relacionadas à gestão pública.

Pode adicionalmente haver a colaboração com a criação de espaços de diálogo e participação entre lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e gestores públicos. Esses espaços podem contribuir para o fortalecimento do diálogo e da colaboração entre os diferentes atores envolvidos na gestão pública, bem como para a identificação de problemas e soluções para questões relacionadas à transparência e controle social.

É importante que as escolas de governo promovam a valorização e o reconhecimento das lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil que atuam na área de transparência e controle social. Isso pode ser feito por meio da divulgação de experiências bem-sucedidas, da promoção de premiações e reconhecimentos, e da valorização desses atores como parceiros importantes na gestão pública.

A corroborar com tal entendimento pondera Ranzini (2017), que uma escola de governo inserida no aparato estatal não é um fim em si mesma, possui autonomia relativa e deve vincular suas ações ao planejamento organizacional. Estas unidades podem ser caracterizadas por aspectos práticos, como as formas de vinculação ou financiamento, ou através de aspectos ideológicos, promovendo um constante debate sobre o Estado e a gestão de políticas públicas, superando a lógica de reprodução das concepções vigentes. Consideramos que sua atuação será estratégica se estiver vinculada ao planejamento institucional, promovendo cursos que auxiliem na qualificação dos agentes públicos responsáveis por proverem soluções para os problemas da sociedade.

O papel importante na capacitação de lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil que atuam na área de transparência e controle social fica claro para as escolas de governo ante as razões ora expostas. Para isso, é necessário que essas

instituições ofereçam cursos, workshops e outros eventos de capacitação que atendam às necessidades específicas dos atores sociais, bem como promovam a valorização e o reconhecimento deles como parceiros importantes na gestão pública.

Método

A base para a construção do artigo foi uma revisão bibliográfica, identificando as principais teorias, conceitos e debates relacionados à accountability na gestão pública e ao papel das escolas de governo. As bases de dados acadêmicos utilizadas foram livros, artigos e relatórios relevantes.

Maiores resultados para a temática da pesquisa em tela poderão ser obtidos com uma pesquisa qualitativa exploratória, com elementos de revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Será possível explorar em profundidade o tema e compreender as percepções, práticas e impactos das escolas de governo na promoção da accountability. Também é possível ampliar os resultados com a análise de documentos, políticas governamentais, relatórios de auditoria e outros materiais relacionados às escolas de governo e à accountability na gestão pública.

Os resultados de todas as fontes de dados consultadas foram sintetizados e discutidas suas implicações, conclusões e recomendações com base nos fatos aventados.

Conclusão

A transparência é um dos pilares fundamentais da gestão pública eficiente e eficaz. Ela permite que a sociedade tenha acesso às informações necessárias para avaliar a atuação do Estado, bem como para fiscalizar e exigir ações mais transparentes, éticas e responsáveis dos gestores públicos. Porém, muitas vezes, a cultura da opacidade ainda prevalece nas instituições públicas, tornando-se um grande desafio promover a transparência na administração pública.

Nesse sentido, as escolas de governo podem desempenhar um papel importante para colaborar na mudança de postura por parte dos gestores públicos, pois são instituições especializadas na formação, capacitação e atualização de servidores públicos, oferecendo cursos e programas de treinamento em diversas áreas da gestão pública. Ao promover a transparência como um valor essencial, essas escolas podem contribuir para a formação de líderes e gestores mais éticos e comprometidos com a transparência.

Uma das maneiras de promover a transparência nas escolas de governo é por meio da inclusão de disciplinas específicas sobre transparência e prestação de contas nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em administração pública. Essas disciplinas podem abordar temas como a legislação de acesso à informação, os mecanismos de controle social, a importância da transparência na gestão pública, bem como o processo legislativo.

Além disso, as escolas de governo podem incentivar a realização de pesquisas e estudos sobre a transparência na gestão pública. Essas pesquisas podem fornecer informações valiosas para os gestores públicos, ajudando-os a compreender melhor os desafios e oportunidades relacionados à transparência, bem como a identificar boas práticas que possam ser adotadas em suas instituições.

Outra forma de colaborar para a mudança de postura dos gestores públicos em relação à transparência é por meio da oferta de treinamentos e capacitações específicas. Esses treinamentos podem incluir temas como a gestão da informação pública, a utilização de ferramentas tecnológicas para promover a transparência, a comunicação eficaz com a sociedade, entre outros. Ao oferecer esses treinamentos, as escolas de governo podem contribuir para a formação de gestores mais preparados para lidar com os desafios da transparência na gestão pública.

Ademais, as escolas de governo podem promover a criação de redes de colaboração e intercâmbio de experiências entre os gestores públicos, incentivando a troca de informações e boas práticas relacionadas à transparência. Ao promover a troca de informações e experiências, as escolas de governo podem contribuir para a disseminação das boas práticas, já elencadas no presente estudo.

Para Ranzini (2017) as ações de capacitação e formação para o setor público somente geram resultados caso estejam efetivamente vinculadas às demandas identificadas, capazes de diminuir as lacunas de qualificação e promover melhorias no desempenho individual e organizacional. Pensar em uma escola de governo, ou qualquer outro modelo de profissionalização para o setor público, somente faz sentido se essas unidades estiverem vinculadas ao atendimento de projetos democráticos e de garantia de direitos. E prossegue: Aos agentes públicos estão disponíveis amplas possibilidades de capacitação, tendo em vista que a formação e atuação voltadas ao setor público não se restringem somente a uma única organização. A superação dos desafios da gestão pública brasileira perpassa a compreensão e desenvolvimento dos modelos de profissionalização de servidores públicos, capazes de viabilizar maior

capacidade de governo nas diversas organizações e promover a melhoria na prestação de serviços.

É fundamental que as escolas de governo assumam um papel ativo na promoção da transparência na gestão pública, a fim de colaborar para a formação de uma cultura de accountability, permeada pela transparência, ética e responsabilização entre os agentes políticos, condição indispensável para a construção de um Estado mais democrático, participativo e responsável, que atenda aos anseios e necessidades da sociedade e promova o desenvolvimento sustentável do país.

Referências

CARVALHO, P. C. Escolas de governo e cooperação. In: Congreso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. X, 18 – 21 oct. 2005, Santiago, Chile. Anais. Santiago, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 19. ed. São Paulo, 2003. Loyola.

MANACORDA, M. A. História da educação: da antigüidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1992.

MATOS, F. O. Escolas de governo na Constituição Federal: a regulamentação no âmbito da Administração Pública Federal. 2007. 46p. Monografia (Especialização) - Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2007.

PACHECO, R. S. Escolas de governo: tendências e desafios – ENAP-Brasil em perspectiva comparada. RSP – Revista do Serviço Público. Brasília: Enap, ano 51, n. 2, p. 03-21, 2000.

RANZINI, M. de S., BRYAN, N. A. P. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. Revista Do Serviço Público, p. 68, 2017.